

A VIA POLÍTICA COMO PRÁTICA DE SAÚDE MENTAL E FORMA DE SUPERAR O MAL-ESTAR

The political action as a mental health care practice and way toover come the discontent

Luís Giorgis Dias¹

Artigo encaminhado: 01/12/2016

Aceito para publicação: 13/12/2018

RESUMO: O presente ensaio discute o mal-estar na civilização brasileira apresentado por Joel Birman em seu livro “Arquivos do mal-estar e da resistência” e discute a organização coletiva como também uma prática profissional que promove a saúde mental, a consolidação dos direitos humanos e a criação de vias de superação do mal-estar, suas causas e seus desdobramentos, baseado na experiência prática com o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. Ao final uma breve reflexão sobre a incapacidade do profissional de enxergar este âmbito como também de sua responsabilidade técnica e profissional em saúde pública.

Palavras-chave: Mal-estar. Psicanálise. Saúde mental. Prisão. Direitos humanos.

ABSTRACT:

This essay discusses the Brazilian civilization and its discontents presented by the professor Joel Birman in his book “Arquivos do mal-estar e da resistência” and discusses the collective organization as a professional practice that promotes mental healthcare, the consolidation of human rights and the creation of ways to overcome the discontent, its causes and consequences, based on the practical experience with the Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade. At the end there is a brief consideration about the professionals in capacity seeing this kind of practice as al soof their professional and technique responsibility in publish health care.

Keywords: Civilization. Discontents. Mental healthcare. Human rights. Psychoanalysis.

1 INTRODUÇÃO

Nos meses finais de 2012, houve em Florianópolis, após denúncias de tortura nos presídios do Estado, uma onda de ataques por parte do crime organizado. Esses ataques tinham foco no transporte público envolvendo a queima de ônibus. Este fato fez surgir uma série de questões, onde podemos

¹ Mestrando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: luísgorgis.dias@gmail.com

considerar duas: o papel precário e irracional que as prisões têm cumprido em nosso país e a reação do público em geral, baseada na legitimação e o apelo à tortura e execução como forma de justiça. A primeira questão é ampla e será abordada indiretamente. Será em cima da segunda que será nosso trabalho através de um paralelo com a obra do professor e psicanalista Joel Birman.

1.1 Caracterizando o mal-estar e seus desdobramentos

No livro “Arquivos do mal-estar e da resistência”, Birman (2006) caracteriza o mal-estar na atualidade, trazendo essa reflexão para a realidade nacional. Uma característica forte do mal-estar atual de nossa civilização seria a presença marcante das incertezas. Com a derrocada da religião enquanto via de respostas universais e suas garantias sobre a vida e seu controle, bem como a “onda pós-moderna” que coloca tudo passível de ser questionado e deixa em xeque o discurso científico, passamos a ter uma vivência onde não temos mais as certezas que há alguns séculos atrás a humanidade podia contar como suporte para suas dúvidas e angústias. Não precisamos ficar apenas no plano da abstração simbólica e das ideias: a realidade socioeconômica neoliberal também entra em sintonia com isso: as privatizações (que dentre muitas coisas destroem leis trabalhistas), o desemprego, o individualismo, a voracidade do mercado de trabalho, a violência... Essas e outras questões socioeconômicas também começam a fazer parte do que se estrutura para nosso país hoje: a sensação de descontrole e incerteza constantes no dia a dia, ao menos para uma maioria da população. Somado a isso, a péssima distribuição do gozo evidenciada pela vergonhosa distribuição de renda de nosso país, que nos garante o 4º lugar de país mais desigual no mundo (ONU, 2012) faz com que todos nós questionemos os ideais de igualdade, fraternidade e liberdade que outrora foram fundantes de uma sociedade ocidental e democrática. Há muito pouco no que se agarrar em termos de ver perspectivas de melhoras. Entretanto, essa situação cria com frequência movimentos legítimos e emancipatórios, que através da organização coletiva conseguem ir atrás de soluções reais para problemas sociais e individuais, levando a um processo de ressignificação que não detalharemos agora, mas que é necessário demarcar pois trataremos mais adiante.

É neste cenário contemporâneo que começam a ter mais sentido diagnósticos como a síndrome do pânico, que afeta cerca de 4% da população mundial e brasileiros em uma proporção de 3:1, normalmente em comorbidade com outros transtornos de ansiedade (PINTO; ANTOLINI; RODRIGUES, 2008). Birman (2006) a caracteriza como Freud usando a nomenclatura de “neurose de angústia”. A queixa mais comum para a síndrome do pânico é o discurso de ser tomado por uma onda de ansiedade e medo que leva o corpo à paralisação ou à incapacidade. Fazendo um paralelo com as fobias, o que marca uma característica importante da síndrome do pânico é que enquanto em uma fobia existem signos onde o sujeito pode agarrar-se para prever e descarregar suas pulsões, na síndrome do pânico existe uma ausência de correntes simbólicas, o que leva o aparelho psíquico a uma sobrecarga que deixa de ser extenuada pra fora e é descarregada dentro do próprio organismo levando às reações características da síndrome (BIRMAN, 2006). Diante da incapacidade de prever o perigo e poder mediar esta ansiedade, o sujeito se vê repentinamente surpreendido por estas sensações e sem possibilidades de superá-las acaba por ser violentamente abatido por elas.

Um aspecto que contribuiria para essa dificuldade de simbolizar seria a incapacidade que hoje em dia temos de sofrer. Birman (2006) delineia que na nossa sociedade valores individuais e de autossuficiência impedem que a dor seja coletivizada através do cuidado ou a escuta de um outro, uma vez que seria isto interpretado como um sinal de fraqueza. Isto leva a uma experiência angustiante no campo exclusivo do individual, ou seja, uma experiência de dor que leva à passividade, à lamentação e um aguardo de ser acolhido sem se permitir demonstrar que se deseja isto. A dor, portanto, seria uma experiência solipsista e altamente narcísica, fundada na fantasia da autossuficiência enquanto o sofrimento, ao encontrar espaço no acolhimento do outro, rompe com esta ideia e possibilita uma troca entre iguais.

Todos esses mecanismos foram colocados aqui para exemplificar como, em todos os campos, o sujeito está cada vez mais impossibilitado de aliviar-se desse mal-estar. Esse estado de coisas tende a criar formas de subjetivação calcadas no masoquismo e na passividade, onde fazemos de tudo por mais difícil que seja para que tenhamos as respostas imediatas para as dores sufocantes que sentimos. Ganha espaço nesta situação o discurso psiquiátrico

“clássico”, que oferece a panaceia imediata (na forma de drogas) para estas dores enquanto forma única de superá-las. Não importa os efeitos colaterais das drogas nem a violência dos psicodiagnósticos – carregam eles, em nosso tempo, as verdades que buscamos sobre nossa vida e a possibilidade de resolvermos tudo no campo da individualidade sem atrapalhar os outros com nossa dor. Ganha espaço também o discurso do “ter”, onde buscamos de forma desesperada e compulsória que o acúmulo de mercadorias (úteis ou inúteis) consiga dar conta de nos proporcionar alguma fagulha de sensação de poder diante destes sentimentos de impossibilidade. Justifica-se o fato de as mercadorias (sejam as drogas psiquiátricas ou as parafernalias eletrônicas) ganharem esta aura mágica, fetichizada, de conterem a solução dos nossos maiores problemas – e mesmo vendo que não resolvem repetimos obsessivamente esse padrão de resolução do mal-estar subjetivo.

O papel midiático certamente contribui para que estas formas de ser e estar ganhem espaço, envolvendo-as com a aura de um discurso ideal e estético que nos garante que iremos estar bem atuando nesses rumos. Em contrapartida, perde espaço o campo psicanalítico que tenta em sua proposta justamente trabalhar a evidência destas dificuldades hoje sem uma promessa imediata nem de alívio nem de cura, caindo inevitavelmente em um campo subversivo que acaba por, ao tentar desvendar o que engendra o sofrimento das pessoas, criticar o modo de vida em que nos encontramos.

1.2 A experiência da segurança pública em Florianópolis

São dois os aspectos para compartilharmos aqui a respeito dos ocorridos na cidade: primeiro a violência e segundo a experiência emancipatória com familiares e amigos de pessoas em privação de liberdade.

Como resgatado com o texto de Birman (2006), vimos que existe hoje uma dificuldade de o sujeito simbolizar e através disto aliviar suas dores e angústias, situação proveniente do nosso próprio modo de produção e de reprodução de vida. Com a imensa dificuldade em lidar com todas estas cargas pulsionais o organismo, visando sua sobrevivência e seu princípio de homeostasia, arranja as formas mais imediatas e prontas para que seja extenuado esse sofrimento. A dor é tão grande e toma tanto espaço que ao em

última instância optamos por romper todos os pactos humanitários, sociais, benévolos, racionais e educativos que outrora formamos e defendemos e damos espaço para que nossos pensamentos se expressem de forma tão imediata e bruta quanto o é a sensação de sofrimento.

Não tardamos para dar espaço à **violência** como via única e mais fácil de alívio uma vez que não conseguimos mais sofrer. No desespero da queima de ônibus e na onda da violência, devidamente pintada e construída pela mídia local de forma terrorista, não tardou para que, na ausência ou escassez de mecanismos que deem conta de explicar e simbolizar o que acontecia (também contribuição da mídia local que não colocou em questão a situação da segurança pública e da criminalidade, mas apenas o crime organizado como vilão), a expressão mais imediata da população tenha sido a de reivindicar do sistema de segurança pública mais tortura, cadeias, mortes e prisões como forma de dar resposta ao sentimento que tinham – em alguns momentos com requintes de selvageria e desespero.

A via simbólica de extenuar essa dor individual não foi através do sofrimento coletivo, não se remetendo a respeito das mortes de criminosos e policiais, das torturas realizadas em cadeias e da onda de crime e violência que assola crianças, jovens e adultos do nosso país. A via utilizada foi o extravio direto da dor em cima dos “culpados”, entendo estes como os criminosos de nossa sociedade, que sabemos bem, são os sujeitos marginalizados do nosso país. Ao invés de contribuir para a sublimação destes sentimentos levando os sujeitos a pensarem a formação da violência e da criminalidade (ampliando as formas simbólicas de precaução e de superação da dor) a tendência que estes aparatos midiáticos adotaram foi muito semelhante à forma imediatista e universal do discurso psiquiátrico: os criminosos são os culpados, há de se buscar a “cura” imediata da sociedade desta “doença”, sendo tratada dessa forma como *natural* e característica esperada do subdesenvolvimento. Abre-se a brecha de finalmente existirem signos para nos agarrarmos e poder investir essa energia, um mal mapeado com o *selo de garantia* do saber criminológico.

Não tarda para que de forma obsessiva (característica que Birman (2006) aponta também como forma recorrente de subjetivação contemporânea) ocorra a repetição inconsciente como resposta: mais cadeias e mais prisões,

mais tortura. Trazemos de volta a gênese de nossos problemas (a violência excessiva dentro de presídios foi precisamente o que desencadeou a onda de ataques enquanto forma equivocada de protesto) como a resposta para eles ainda que de forma cada vez mais modificada e moderna. O movimento hegemônico dentro da reflexão sobre segurança pública, tema este que suscita sempre de forma pulsante essas incertezas sobre existir em um mundo regado de crime e violência, acaba por ser capitaneado pelas correntes epistemológicas e ontológicas que se sustentam na dor da individualidade, que só conhecem as vias do imediatismo e da negação direta (no caso pela ótica do extermínio e anulação) como vias de alívio e solução.

Cada um atirou a sua pedra individualmente: postando mensagens agressivas em suas *timelines* ou vibrando com notícias de mortes e prisões no noticiário. O que tomou conta, portanto, foi a dor em forma de violência e não o sofrimento na forma compartilhada de preocupação com a insegurança em que vivemos coletivamente hoje (insegurança essa que certamente não diminuiu com uma postagem apoiando a tortura ou com gente sendo violentada).

2 O MOVIMENTO SOCIAL COMO SUPERAÇÃO DA DOR: PENSANDO A PRÁTICA

Na visão deste autor, uma das maiores capacidades que o ser humano possui é a capacidade de sublimar suas pulsões. Estaria aqui talvez uma das características que mais marcam o nosso ingresso na vida em civilização, que ao refrear muito do nosso mais íntimo ao mesmo tempo traz a via da sublimação como forma de lidar com os sentimentos que nem sempre acham forma imediata e direta de serem realizados, aparecendo sob a forma de criações dos mais variados tipos, sempre marcadas pela contemporaneidade vivida por seus autores e geralmente trazendo em alguma parcela respostas aos problemas vivenciados.

Nesta dinâmica conflituosa da decadência de nosso sistema de segurança pública ingressamos em um trabalho na formação de um Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade (GAFPPL). Neste grupo conformou-se um número de pessoas considerável, em sua maioria

esposas ou mães de presos, mas também ex-presidiários e apoiadores que conhecem a realidade prisional indiretamente, seja por acompanhar o drama de muitas destas famílias ou seja pelos estudos. As pessoas que ali estavam vivenciavam e vivenciam a situação de ter um ou mais familiares presos, o que altera de forma inimaginável sua rotina de vida. São submetidas a dores sem igual, seja por acompanhar o drama da vida carcerária, que engloba ver seu familiar e amigo submetido a dura realidade presidiária e elas mesmas as revistas vexatórias ou seja por sofrer com o preconceito de ser familiar de um preso, sendo taxadas também como pessoas criminosas ou pelo menos diretamente responsáveis pela criminalidade, tanto as mães que são acusadas de não dar uma boa educação para seus filhos quanto as esposas por apoiarem seus maridos que são “bandidos”.

Inicialmente era um grupo disperso e marcado pela ação individual de cada uma na superação desse problema, mas que eventualmente se encontravam em um pequeno restaurante próximo ao presídio onde achavam acolhimento para sua dor umas entre as outras e também com a proprietária do local, que cedia muitas vezes materiais, comida e espaço para que pudessem se arrumar para visitar seus familiares. Ainda assim, a resolução do que sentiam era sempre individual: cada uma com seus advogados e problemas, inclusive internos entre elas.

Com o tempo o grupo passou a se organizar para debater ações políticas diretas, desde passeatas na cidade com faixas e cartazes denunciando as torturas que estavam sendo realizadas e reivindicando os direitos humanos a até reuniões com secretários, autarquias e órgãos de representação para que se mobilizassem e pensassem toda a questão da violência e direitos humanos dentro do sistema de segurança pública. O grupo nesse movimento de reivindicação passou cada vez mais a perceber a potencialidade da ação coletiva. Os ânimos antes imediatistas, individuais e carregados da compulsão e de certa agressividade tornaram-se combustível para as manifestações e reuniões organizadas, conscientes de seus objetivos e exercício de cidadania. Os problemas que antes eram de cada uma passaram a virar problemas do grupo, onde as esposas, mães e apoiadores achavam ao mesmo tempo acolhimento para sua dor e também uma via de solução real da situação que elas e suas amigas e amigos eram submetidos. Ao invés de

lamentarem-se e submeterem-se à dureza da realidade carcerária nacional passaram a tentativas reais de modificá-la, enquanto alternativa concreta e simbólica de superar sua angústia.

Vale demonstrar como a dor virou sofrimento e posteriormente mudança. Como Birman (2006) coloca em seu texto, o indivíduo submetido à experiência de dor acha, pela compulsividade, ou pela doença, formas compensatórias de lidar com essa sobrecarga angustiante. Em exemplos concretos, opta pela submissão aos psicodiagnósticos e pelas medicações ansiolíticas, sozinha em casa com seus filhos ou evitando solicitar ajuda, fazendo isso no máximo no campo da formalidade contratando um advogado que estabelece muito mais uma relação técnica e profissional do que afetiva com o sujeito. No caso dos familiares o campo simbólico onde poderiam expiar estes excessos tende a ser mais escasso: como vou compartilhar minha dor com uma sociedade taxativa e altamente preconceituosa com as condições de meu marido/filho? Condições como essa se somam à ideia narcísica generalizada da autossuficiência e reduzem mais ainda o campo simbólico de alívio destas pessoas, restando cada vez mais o campo da dor e conseqüentemente da submissão, da passividade, da compulsão ou da violência como dominantes em sua dinâmica psíquica.

As reuniões e as trocas coletivas mostraram a estes sujeitos que o problema de uma delas na verdade era um problema de todas e posteriormente, através da organização, que o problema delas era um problema de uma sociedade inteira que cria e gerencia a violência e o crime de uma forma específica (no caso ainda com a ideia de punição e violência). Esses espaços auxiliaram na superação das ideias de autossuficiência ou da postura narcísica, uma vez que elas mesmas passaram a identificar o quanto é inútil sofrerem sozinhas ou agirem sozinhas. Criaram também um espaço de horizontalidade para lidar com a dor, que neste processo passou a ser sofrimento uma vez que era compartilhado e acolhido igualmente.

Não apenas isso, mas o grupo ao sair nas ruas em forma de passeata ou ato público levava à própria sociedade esta preocupação, atuando também como agente tensionador desse narcisismo, tentando provocar as pessoas para enxergarem esse sofrimento (a mídia passou a noticiar e pessoas espantavam-se quando viam as reivindicações nas ruas), sabendo que este

tipo de ação afeta a todos, resgatando os sentimentos relacionados ao que acontecia nos presídios, possibilitando a simbolização dos sentimentos resgatados em um sentido mais amplo, através do compartilhamento, da exposição para o outro do sofrimento (Uma das faixas dizia “Ser familiar não é crime!” e outra “e se fosse o seu familiar sendo torturado?”) e da criação de um debate generalizado na cidade, ampliando o campo simbólico, o que pode mediar a sublimação desta dor promovendo mudanças e conquistas sociais significativas – como as reuniões realizadas com diversas autoridades, uma visita da comissão governamental de direitos humanos, a reivindicação de mais saúde e educação e uma inspeção nos 1200 detentos de um dos presídios onde foram denunciadas situações de tortura, algo que não havia ocorrido até então durante essa crise.

A organização coletiva surge, portanto, como dispositivo para a transformação deste mal-estar em mudanças concretas das situações que o criam e o reproduzem. Com estas ações coletivas foi-se quebrando também as posturas de passividade ou lamentação, que rapidamente tornaram-se seus opostos: atividade e motivação para seguir com o movimento. Prova deste tipo de postura é que as mulheres deixaram de recear agir politicamente quando se submetiam a iminência de sofrerem represálias da polícia durante as visitas (como a revista íntima) ou que seus maridos e filhos fossem ameaçados e passaram a usar isto como forma de lutar mais arduamente em suas reivindicações, trazendo também seus parentes e conhecidos para esta atuação, fomentando mais ainda a movimentação que estavam fazendo e criando todos os dias.

Foi no campo da organização política que se criaram condições da construção real de solução aos problemas enfrentados e a possibilidade de dar um sentido novo aos ideários de liberdade, igualdade, fraternidade e democracia. Foi com esta via que houve a quebra de valores narcísicos que alimentam a passividade e o masoquismo, criando um espaço acima de tudo criativo, onde a dor deixou de virar ódio à polícia, à sociedade ou ao sistema e passou a se tornar combustível direto de simbolização e mudança na subjetividade de quem compõem o grupo, onde cada um passou a ter condições de se enxergar como sujeito de ação em um problema social gravíssimo que é o crime e toda a questão da segurança pública e da violência.

Tal mudança subjetiva evidenciou-se claramente quando em um momento de avaliação muitos dos membros do coletivo registraram que tudo que foi feito no mínimo seria levado para suas vidas, como aprendizagem, de que “é possível” quando se está contando com o outro. Ampliou-se o campo simbólico e ampliaram-se também as possibilidades de superação da dor e da condição de mal-estar, que adquiriram não mais um sentido de tristeza, mas de suporte para a transformação e a ação. Estas práticas condensam em grande parte a realização de um movimento contrário ao que é colocado pela sociedade e normalmente trilhado pelos indivíduos. Mostram-se, cada uma com sua especificidade, como alternativa real de colocar a sociedade brasileira em um movimento que supere as condições a que somos submetidos cotidianamente e que produzem e reproduzem ideários e posturas que auxiliam na manutenção de determinantes deste mal-estar subjetivo.

O movimento aqui realizado resgata também muito sobre a contribuição da feminilidade como a “forma de ordenação erótica pela qual existiria uma positividade conferida ao desamparo e à precariedade” (BIRMAN, 2006, pg. 138). Podemos estender a reflexão de Birman sobre as contribuições da feminilidade para além dos loucos, velhos ou mulheres e ampliarmos para todo e qualquer setor que é cotidianamente oprimido. No campo da coletividade organizada destes oprimidos não há motivos para ser autossuficiente, pois não existe mais problema ou vergonha em ser pobre, favelado ou um “ferrado”. Estas características passam a ser constituintes conscientes de todos materialmente e subjetivamente, reconhecido pelo grupo e por ele elevado a uma categoria positiva, de ir à luta e promover mudança. Permite-se olhar para sua condição sem haver um julgamento e se abre o campo para que através disso se reconheça a necessidade da articulação com o outro que sofre como eu como forma concreta de superar as condições colocadas e formadoras de uma subjetividade taxativa e excludente, em última instância, podemos considerar isso uma promoção real de liberdade. Não foram dos eixos “educados” e das classes elevadas que vieram soluções marcadas com a “civildade” que se supõe no século XXI – e que essa classe reivindica de forma higienista como sendo característica exclusiva sua. Estes, impregnados pela ótica individualizante partiram à barbárie da reivindicação de mais violência e “direitos humanos para humanos direitos” enquanto os “outros”, os marginais e

favelados propunham inspeções dentro dos presídios, fazer valer o direito à vida, o reconhecimento da dor e do sofrimento dos excluídos e outras propostas progressistas, que só ganharam força e sentido quando a dor passou a ser compartilhada e sublimada coletivamente.

Por mais contraditório com a ideia hegemônica de não parecer insuficiente, adotar posturas calcadas nesta feminilidade (no não medo em se aproximar do outro como apoio ou de se admitir a insuficiência da autossuficiência) parece ser uma das vias reais de superar o modo de viver capitalista. Talvez não seja à toa que o discurso do “self mademan” inspirado no gentleman Robinson Cruso e seja tão disseminado. Exercer a coletividade, o respeito e o cuidado faz com que através do outro seja possível superar a sua própria condição. Neste caso específico, faz com que o sujeito consiga superar sua condição de dor a qual é promotora e contribui para a passividade, o masoquismo e a obsessão. Para uma massa de gente insatisfeita, criar um processo de se dar sentido as suas dores de forma ampla (para além do setting terapêutico individual centrado apenas no indivíduo) não parece uma boa saída para àqueles que de alguma forma desejam preservar o *status quo*. Trazendo para os termos de Gramsci (RAMOS, 2005), a nível superestrutural tal atuação e intervenção estritamente individual contribui em algum grau para a manutenção ideológica dos sujeitos. Caímos aqui então em uma questão ética e política quando vamos exercer nossa função enquanto profissionais de saúde mental, adotando uma via (a de promover e auxiliar no processo sublimatório e libertário do ser humano) ou a outra (continuar sustentando o ideário capitalístico da autossuficiência).

3 SOBRE UMA “NOVA” PRÁTICA PSICOLÓGICA E DE SAÚDE MENTAL

A prática psicológica ou até mesmo da saúde mental muitas vezes quando se utiliza de mecanismos sublimatórios, mesmo na atuação com a grupalidade, parece se apoiar quase que exclusivamente (e equivocadamente) no processamento individual posterior do sujeito, não tendo em mente a ideia de rede em saúde mental preconizada pelo Sistema Único de Saúde e não entendendo o papel de outras instituições ou programas, uma vez que o profissional não entende ou não se enxerga como parte atuante e responsável

dentro de um conjunto de serviços. Parece que o profissional ou analista atue unicamente na ótica da autossuficiência (mas fornecendo uma muleta psicológica) de uma forma ou paternalista ou assistencialista de lidar com a dor. O profissional passa muitas vezes a ser o espectro curador, que vai levar por algum momento o alívio da angústia através da arte, da conversa ou da recreação, não ficando muito diferente do advogado contratado para tratar dos problemas burocráticos do sujeito. Ele não necessariamente promove a esfera coletiva embora possa promover e promova alívio. Não se vê como sujeito imprescindível para a criação ou como imprescindível à criação de espaços horizontais como os usados no relato, que dão as condições reais de superação de aspectos que são determinantes no mal-estar da população brasileira e da consolidação efetiva dos direitos humanos. O profissional de saúde mental muitas vezes não pensa para além da clínica individual mesmo lidando com grupos, pois nem sempre vê seu papel político dentro do contexto nacional, uma vez que ele também é afetado pela ótica narcísica e individualista, que o impede de criar e de participar de espaços considerados como “políticos”, pois não entende seu papel dentro deles, o que acaba por impedir que crie para si este dever.

Separa-se de forma equivocada a clínica da política reduzindo-se a primeira a um espectro meramente técnico e as vezes até a limites físicos e geográficos, não sendo esta vivencial e ampla. Esta atitude de abrir o escopo clínico necessariamente coloca a atuação profissional para além dos ditames e limites delineados formalmente e exige do psicólogo, analista ou outro profissional da saúde mental uma atuação no sentido de rompimentos. Não queremos com isso deslegitimar muito do trabalho que fazemos e é feito, mas sim levá-lo a um nível de maior amplitude, removê-lo da esfera da autossuficiência individual e fazer com que o conhecimento da necessidade da aproximação (não somente pela via da piedade ou cuidado) dos sujeitos faça valer e proporcione de verdade a superação dos determinantes do mal-estar, uma vez que os conhecemos e os criticamos de forma magistral.

Podemos considerar a profissão psicólogo e o campo da saúde mental com os paradigmas da reforma psiquiátrica e direitos humanos ainda muito novos, necessitados de serem sempre reinventados e se firmarem enquanto saberes que podem contribuir e muito para mudanças relevantes para a

humanidade. Para isto resta aos profissionais a ousadia e a criatividade de pensarmos as nossas próprias vias de promover saúde mental nacionalmente.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2006.

ONU-HABITAT. *Estado de las ciudades de américa latina y el caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana*. Agosto, 2012. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>>. Acesso em: 22/01/2013.

PINTO, L. F. *Transtornos do pânico – atualização clínica e epidemiológica e a abordagem homeopática*. *Brazilian Homeopathic Journal*, v. 10, n. 1, p. 30-37. 2008. Disponível em: <<http://www.ihb.org.br/ojs/index.php/artigos/article/viewFile/6/7>>. Acesso em: 22/01/2013

RAMOS, L. C. S. P. *A sociedade civil em tempos de globalização: uma análise neogramsciana*. 2005. 219 f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro. 2005.